

# Saúde e política industrial

*Marília Bernardes Marques\**

**N**a atualidade, a idéia de Reforma Sanitária predominante no Brasil e já incorporada à Constituição de 1988 contém um projeto que é, simultaneamente, técnico e político de intervenção do Estado na problemática de Saúde. Dois são os seus fundamentos essenciais: em primeiro lugar, um conceito de saúde abrangente a norteia, isto é, considera-se a saúde como consequência direta e imediata das condições gerais de vida e trabalho e um resultado do padrão de organização da infraestrutura básica de serviços a ela destinada, ou seja, serviços médicos voltados aos indivíduos e serviços de saúde pública voltados às coletividades e ao meio ambiente.

A segunda premissa contida no conceito de Reforma Sanitária afirma a natureza pública do conjunto de ações e serviços de saúde no país, de tal modo que a saúde seja preservada como uma função típica do Estado, com dever do Estado.

Assentado em tais fundamentos, o projeto da Reforma Sanitária no Brasil tem como horizonte político a satisfação de necessidades sociais essenciais ligadas à qualidade de vida e de necessidades específicas de saúde, sem o que não estará assegurado o "direito universal" à saúde.

Para tanto, a ação do Estado apropriada à complexidade da sociedade brasileira — ao mesmo tempo moderna, internacionalizada e subdesenvolvida — não pode continuar relegando para segundo plano a articulação das políticas públicas. Especialmente a política científica e tecnológica deverá ser integrada a outras políticas para que possam exercer o peso estratégico que poderá vir a ter no desenvolvimento econômico e social do país.

As atividades de C&T realizadas setorialmente, isto é, nos limites do "setor saúde" e na esfera governamental, não são condicionadas apenas pela maior ou menor vontade política de satisfazer necessidades em saúde. Tais atividades também são condicionadas pelos limites da atuação do segmento privado produtivo — industrial e de serviços — e pelas outras políticas como a política industrial a de educação, a de habitação, a de transportes, etc.

A história econômica dos últimos anos deveria ter conscientizado o país — mas não o fez — para a insuficiência do modelo de crescimento econômico sem controle e capacitação tecnológica, de tecnologia em geral e

não apenas de tecnologias avançadas. O futuro do emprego e o processo de modernização tecnológica estão hoje — internacionalmente — estreitamente vinculados. Por ser a economia brasileira fortemente internacionalizada e com um acentuado atraso tecnológico, a demanda por modernização tecnológica é grande e verifica-se em quase todos os setores. O país desde o final dos anos 70 apresentou uma queda acentuada nos gastos com ciência e tecnologia e que apesar da ligeira recuperação em 1985/86 voltaram a cair nos últimos anos.

O modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações modernizou o Brasil, internacionalizou a economia, tornou o país industrializado e o conduziu ao final da fila dos países em matéria de atraso social, com 50% da população distribuída entre a situação de pobreza e a situação de miséria total.

Para uma população de cerca de 140 milhões de habitantes, apenas 30 a 35 milhões integram a parcela da sociedade brasileira que consome, ao passo que mais de 100 milhões vivem à margem de padrões mínimos de consumo. Isto quer dizer que o mercado interno está violentamente contido. Basta citar o exemplo do mercado brasileiro de medicamentos que, em 1987, apresentava um consumo per capita de menos de 12 dólares, com 52% da população brasileira não tendo acesso aos remédios para seus vários problemas de saúde.

Em síntese, o Brasil é um país que apresenta gravíssimos problemas econômicos e sociais na véspera do terceiro milênio e que necessita viabilizar a única saída para o desenvolvimento capaz de tirá-lo da presente situação e que tem como pontos nodais a modernização tecnológica, a distribuição da renda e a democracia.

Assim, uma via de desenvolvimento econômico sustentável deverá ter como metas prioritárias a solução das grandes questões sociais, conduzidas por um estado democrático e competente, para o qual a elevação da produtividade deva reverter em elevação dos salários reais.

Para tanto é necessária uma estrutura produtiva eficiente, moderna e automatizada capaz de atender ao brutal acúmulo de necessidade sociais não satisfeitas no país, razão que deveria ser a principal justificativa para a ênfase na variável tecnológica.

A opção tecnológica é, portanto, crucial na determinação dos rumos e das consequências do processo de modernização industrial para

conduzir a Nação ao desenvolvimento sustentado e equilibrado, social e ecologicamente. Mesmo considerando os graves problemas estruturais do país, isto ainda é possível, e o fatalismo deve ser recusado, porque o futuro ainda não está escrito, nem nas estrelas, nem nas sagradas escrituras das grandes potências.

Entretanto, não é a inovação tecnológica em si que determina as consequências sociais e ambientais, boas ou más. O nível de organização social e política através do qual a tecnologia é incorporada tem relevância, facilitando ou dificultando a presença de efeitos negativos e positivos sobre os seres vivos em geral e o meio ambiente.

Se a tradição e a força organizada dos movimentos sociais e sindicais são fatores que estabelecem limites claros aos impactos negativos, outro fator são as políticas públicas coerentes. Experiências no mundo indus-

*A inovação tecnológica,  
que é um processo que  
tem a ciência como  
elemento determinante,  
vem conferir a esta um  
novo valor social*

trializado, especialmente quanto à tecnologia microeletrônica, demonstram claramente que quando se trata de discutir as condições de introdução de determinada tecnologia no processo de produção, as consequências sociais e ambientais serão muito variadas, dependendo da força que cada parte interessada traz para a mesa de negociação. Isto se aplica principalmente quanto aos impactos sobre o emprego, a qualificação e a organização do trabalho, o salário, as condições de saúde e os riscos para o meio ambiente.

A introdução de uma política de inovação tecnológica no Brasil socialmente eficaz exigirá, portanto, respostas sociais organizadas como mecanismo de controle fundamental.

Por outro lado, a burocracia brasileira padece de insuficiência crônica de capacitação técnica e gerencial e observa-se a quase total descoordenação entre agências do setor

público. Este quadro de verdadeira crise organizacional cria barreiras para a correspondência que deve existir entre oferta e demanda de tecnologia, explicando por que o setor saúde é incapaz de ajustar suas próprias demandas à oferta de tecnologias — clássicas e/ou avançadas — desenvolvidas no país ou no exterior.

Não basta defender uma política de ciência e tecnologia apenas pensada em termos dos recursos financeiros alocados "setorialmente" para expandir a infra-estrutura científica e tecnológica e para a formação de recursos humanos qualificados. A estas reivindicações é preciso agregar a criação de mecanismos eficazes para disseminar e difundir as tecnologias desenvolvidas e para criar demandas para sua absorção. Tal mudança, necessariamente, significa considerar as relações entre interesses públicos e interesses privados como aspecto determinante central do desenvolvimento científico e tecnológico.

Os vínculos universidade/indústria, no caso dos Estados Unidos e outros países centrais, não se processam no contexto de políticas globais de cooperação internacional, mas atendem a objetivos e estratégias de desenvolvimento industrial, especialmente das grandes corporações multinacionais. Eventualmente, até acontece do interesse industrial de uma grande corporação somar-se aos interesses sociais e econômicos de uma dada nação dependente, mas esta não é a regra. O mais provável é que a crescente privatização da pesquisa e desenvolvimento nos países industrialmente avançados dificulte, cada vez mais, o intercâmbio científico e tecnológico com o Terceiro Mundo. Por esta razão, somente a introdução de políticas públicas específicas globais e a alocação dos recursos públicos e privados que sejam necessários poderão assegurar estratégias de desenvolvimento sustentado para os países dessa região.

A implementação de um modelo de desenvolvimento sustentado no Brasil necessariamente significará assegurar o financiamento para volumosos gastos sociais e ecológicos e investimentos produtivos pesados em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Será preciso dar prioridade à universalização da educação (especialmente do ensino fundamental), da saúde, do saneamento básico, além de priorizar a preservação ambiental e a escolha correta de metas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Dentro do contexto da política industrial do Governo Collor deverá ser assegurada para as universidades e instituições de pesquisa a oportunidade de se colocarem como agentes ofertantes de tecnologias e serviços, além de poderem beneficiar-se, indiretamente, através da sua participação em mecanismos consorciados criativos.

Para tanto, será fundamental que as universidades e institutos de pesquisa brasileiros façam a definição lúcida do melhor ponto de inserção nas cadeias de desenvolvimento tecnológico, para que possam dar um sentido seletivo às suas atividades e à sua ação política. Isto contribuiria para aumentar ainda mais o peso da grande influência que podem ter sobre a escolha das opções adequadas para o desenvolvimento nacional.

Neste novo posicionamento social, as instituições universitárias e de pesquisa deverão assumir, como tema de reflexão, o paradigma tecnológico contemporâneo e, com ele, derrotar a falácia, ainda existente no seio da comunidade científica, de que a ênfase no desenvolvimento tecnológico, necessariamente, implicará prejuízos para o desenvolvimento da pesquisa básica. A inovação tecnológica, sendo um processo que tem a ciência como elemento essencial, confere a esta um novo valor social potencial. É fundamental que a universidade e os centros de pesquisa não desprezem a oportunidade de influir na opção pela estratégia de desenvolvimento econômico que poderá tornar ou não o Brasil um país sem desequilíbrios sociais e relações predatórias entre homens e natureza.

A autonomia que a universidade brasileira conquistou nos anos oitenta, com a Carta Magna de 88, representa o principal requisito político para administrar a transferência para a sociedade dos resultados das pesquisas científicas e dos serviços que desenvolve. A mesma autonomia deverá ser conquistada pelos institutos governamentais de pesquisa tecnológica industrial do país.

A mudança de atitude das universidades e institutos quanto à importância da "questão tecnológica" é o elemento fundamental para que, lançando novos desafios à criatividade de suas comunidades sensibilizem as desejadas novas fontes de recursos financeiros: as empresas privadas (sem substituir o Estado, evidentemente).

\* Professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo